



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da RIBEIRÃO PRETO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A (“RPTE”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão. Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região.

Pode-se afirmar portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a desajustes de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A RIBEIRÃO PRETO

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com duas filiais localizadas em, Araporã no estado de Minas Gerais e Rosana no Estado de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2004, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 03 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 04 de abril de 2007.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 170.886.000, dividido em 170.886.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

EXERCÍCIO 2010

Receita:

O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período de Julho 2010 - Junho 2011 é de R\$ 22.301 milhões. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010 a RPTE não teve dedução.

A RPTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202, com uma média de R\$ 186 por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média
< 10.000	166	297	2
10.000 - 100.000	32	1.149	36
100.000 - 200.000	4	591	148
200.000 - 300.000	-	-	0
>300.000	-	-	0
SOMAS	202	2.038	186

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa	R\$ Mil
Receita Garantida	24.356
Impostos	
PIS	-402
COFINS	-1.851
ICMS	-
Taxas	
Fiscalização	-121
CCC	-
RGR	-606
P&D	-212
Compensação financeira	-
Custo da energia comprada para revenda	-
Encargos de uso da rede elétrica	-
Despesas de pessoal	-1.481
Outras despesas operacionais	-8.833
Tarifa bruta da concessionária	10.850

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2010 a RPTE teve uma Receita Base bruta de R\$ 24.267 milhões (37.836 milhões em 2009), que após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 21.195 milhões (35.631 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 19.556 milhões (18.539 milhões em 2009), e, uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 7.962 milhões (11.395 milhões em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 7.962 milhões (11.483 milhões em 2009), correspondente a R\$ 50,00 por lote de 1.000 ações do capital.

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• Liquidez Geral	239,87%	237,89%
• Liquidez Corrente	369,72%	324,94%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	59,82%	59,33%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	40,18%	40,67%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	4,35%	6,40%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	11,56%	10,33%
• Endividamento do patrimônio Líquido	67,18%	68,56%
• Em moeda nacional	-	100%
• Em cesta de moedas	-	-

Valor Adicionado: Em 2010 o valor adicionado líquido gerado pela RPTE foi de R\$ 24.571 mil, representando 99% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 6% (pessoal), 12% (Governo), 29% (Acionistas) e 52% (Financiadores).

Responsabilidade Ambiental

A RPTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº. 831/2009 emitida pelo IBAMA em 16/04/2009. Em 2009 foram desenvolvidas atividades ainda referentes à Licença de Instalação nº 519/2008 emitida em 16/06/2008.

Indicação dos Programas Ambientais a Serem Desenvolvidos no ano de 2010 com continuidade em 2011

Nome do Programa	Atividades desenvolvidas em 2010 e a desenvolver em 2011
Assinatura dos Termos de Compromisso de Cinco Prefeituras (LO)	2010/2011
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos (LO)	2010/2011
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (LO)	2010/2011
Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (LO)	2010/2011
Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações (LO)	2010/2011
Programa de Compensação Ambiental (LO)	2010/2011
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental (LO)	2010/2011
Programa de Monitoramento de Avifauna (LO)	2010/2011
Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas	2010/2011
Programa de Reposição Florestal	2010/2011

Resumo das Atividades

Em atendimento às Condicionantes das Licenças de Instalação 519/2008 e 831/2009, emitidas pelo IBAMA para as Linhas de Transmissão 500 kV São Simão-Marimondo-Ribeirão Preto, foram realizados Programas/Atividades Ambientais em 2010 e ainda serão desenvolvidos outros em 2011 como: (a) Assinatura dos Termos de Compromisso com prefeituras, (b) Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações (LI e LO), (c) Programas de Comunicação Social, (d) Educação Ambiental, (e) Programa de Monitoramento de Processos Erosivos, (f) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, (g) Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (LI e LO), (h) Programa de Compensação Ambiental, (i) Programa de Monitoramento de Avifauna (LO), (j) Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas e (l) Programa de Reposição Florestal.

a) Assinatura dos Termos de Compromisso de Cinco Prefeituras (LI)

No ano de 2009 foram assinados os Termos de Compromisso com as prefeituras de Fronteira, Campina Verde, Guaraci, Viradouro e Itapagipe. Esses Termos vem atender à condicionantes de LI e LO nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Federal 10.257/2001, a qual estabelece que o empreendedor cujas atividades foram licenciadas através de EIA/RIMA, devem se comprometer a prover aos municípios interferidos pela implantação da obra, que tenham menos de 20.000 habitantes, recursos técnicos e financeiros necessários à elaboração dos Planos Diretores. Para o ano de 2010 estão previstas visitas às prefeituras de Içém, Altair e Terra Roxa para que sejam assinados os Termos de Compromisso com estes municípios, com os quais a RPTE não conseguiu a assinatura no ano de 2009, para o completo atendimento às condicionantes das Licenças de Instalação e Operação.

A continuidade deste Programa em 2010 iniciou-se pela contratação da empresa Paralelo 19 para realizar o levantamento dos municípios contemplados pela Lei Federal supracitada. No ano de 2010 os municípios escolhidos foram Campina Verde (MG), Itapagipe (MG), Guaraci (SP) e Viradouro (SP). Todos os municípios visitados já assinaram o Termo de Compromisso com a RPTE. Os estudos envolveram tanto os núcleos urbanos da sede municipal de cada município quanto seus distritos e as áreas rurais. O Processo de elaboração dos Planos diretores será feito em cinco etapas descritas a seguir:

- **Planejamento:** esta etapa foi realizada em agosto de 2010 e consistiu na definição e capacitação da equipe técnica, elaboração do Plano de Trabalho e definição da logística para as campanhas de campo

- **Mobilização:** iniciada em setembro de 2010 através da sensibilização da equipe da Prefeitura através de contatos telefônicos, emails, correspondências e reuniões. Esta etapa se estendeu até o mês de outubro de 2010, contemplando ainda contatos com lideranças locais, formação e capacitação do Núcleo Gestor municipal e a divulgação e realização da primeira Audiência Pública para o lançamento do Plano diretor Participativo em cada município.

- **Diagnóstico:** iniciado em setembro de 2010 até o dia 31 de janeiro de 2011. As atividades desenvolvidas foram o levantamento de dados secundários referentes ao município, coleta de dados socioeconômicos, institucionais e físico-territoriais através de entrevistas qualitativas e levantamentos em campo, apoio à realização das leituras comunitárias e a elaboração do diagnóstico municipal (leitura técnica). Esta etapa continuará em 2011.

- **Elaboração de Propostas:** esta etapa será realizada em 2011. Consiste na realização das discussões temática, elaboração e consolidação das propostas para o Projeto de Lei e na terceira Audiência Pública para apresentação e validação das propostas.

- **Processo Jurídico:** consiste na etapa de redação da minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo e posterior apresentação e entrega formal na Prefeitura Municipal, prevista para o mês de maio de 2011.

b) Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações (LI e LO)

Este Programa foi iniciado na fase de implantação do empreendimento e consistia na visita de técnicos para informar aos moradores de propriedades interferidas que a Linha de Transmissão seria construída e que, por se tratar de um empreendimento de utilidade pública, seriam instaladas estruturas na propriedade. Neste programa também foram tratadas as negociações de realocação de benfeitorias (quando necessário) e indenizações. A continuidade deste Programa na fase de operação foi determinada por condicionante de LO, pois há necessidade de acompanhamento dos processos judiciais de indenização da faixa de servidão.

c) Programas de Comunicação Social

Este Programa foi iniciado na fase de implantação do empreendimento trazendo à população lindeira, escolas, associações e cooperativas do entorno, informações sobre os cuidados com a convivência com a Linha de Transmissão, etc. Isso foi realizado através de folders, banners, distribuições de kits, palestras e atividades em escolas. Tópicos de educação ambiental também foram tratados neste Programa. As atividades foram desenvolvidas durante a implantação e continuam nesta fase, mas com outro enfoque. O Plano de Trabalho será elaborado no ano de 2011.

d) Educação Ambiental

As atividades realizadas no âmbito deste Programa foram em novembro e dezembro de 2010 e consistiram no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) o qual subsidiará a elaboração do Programa de Educação Ambiental da fase de operação.

e) Programa de Monitoramento de Processos Erosivos

Este Programa tem continuidade durante toda a fase de operação do empreendimento e teve início em 2010. O objetivo é monitorar os pontos com processos erosivos, sejam eles provenientes da fase de instalação ou decorrentes da fase de operação. Os pontos são identificados, monitorados e corrigidos, quando necessário.

f) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Este Programa tem continuidade durante toda a fase de operação, recuperando áreas degradadas originadas na fase de instalação (em geral). As áreas degradadas provenientes da operação também são alvo deste Programa.

g) Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (LI e LO)

O Objetivo deste Programa na fase de instalação do empreendimento foi de realizar a supressão de vegetação da faixa de servidão dentro dos padrões da NBR 5522, além de obedecer as determinações da Autorização de Supressão de Vegetação e da Licença de Instalação emitidas para a RPTE. Para a fase de operação este Programa tem continuidade em função da necessidade de se manter a faixa de servidão nos padrões da NBR 5422, evitando, assim, desligamentos indesejados. No ano de 2010 não foram realizadas atividades dentro do programa. Para o ano de 2011 estão previstas atividades de poda e corte seletivo.

h) Programa de Compensação Ambiental

A RPTE está aguardando a decisão do ICMBio, IBAMA e MMA para que sejam escolhidas as Unidades de Conservação contempladas com o benefício da Compensação Ambiental. Após a decisão, será firmado e assinado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental entre a RPTE e o ICMBio.

i) Programa de Monitoramento de Avifauna

O Programa de Monitoramento da avifauna tem como objetivo principal verificar a eficácia dos sinalizadores de avifauna instalados nos cabos pára-raios. Outro objetivo é comparar os dados do monitoramento da fase de instalação com o da fase de operação com intuito de identificar a ocorrência de impactos.

j) Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas

O Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas é realizado todos os anos nos períodos secos, considerados mais críticos para a dispersão do fogo. No ano de 2010 foi realizada a campanha do tipo completa, que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos residentes no entorno do empreendimento, colagem de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisetas, bonés, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, é feita uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, Os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

l) Programa de Reposição Florestal

Este Programa tem a vigência da validade da Licença, ou seja, seis anos. Tem como objetivo replantar as áreas de APP que foram desmatadas durante a construção da Linha de Transmissão.

O Plantio terá início em 2010. As espécies a serem plantadas são nativas e serão monitoradas durante os seis anos. A RPTE apresentará relatório comprobatório do plantio das mudas nos locais selecionados para a reposição florestal.

Cultura, Esporte e Turismo

A RPTE ainda não teve recursos suficientes para disponibilizar patrocínios inseridos em projetos contemplados pela a Lei dos Esportes e a Lei Rouanet de incentivo à cultura.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

A Administração



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.533.006/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DE 2010 (Valores Expressos em Milhares de Reais) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo	2010		2009		4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	% Sobre RL
	Valor (Mil Reais)	Valor (Mil Reais)	Valor (Mil Reais)	Valor (Mil Reais)							
Receita Líquida (RL)	21.195	35.631			Em Programas e/ou projetos externos	10	0,05%	0,05%		0,00%	-
Resultado Operacional (RO)	19.556	18.539			Desapropriação de terras		0,00%	0,00%	647	0,00%	1,82%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	958	1.037			Total dos Investimentos em Meio Ambiente		0,00%	0,00%	1.928	0,00%	5,41%
					Total		0,05%	0,05%		0,00%	7,23%
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ MIL)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (R\$ MIL)	% Sobre FPB	% Sobre RL	5) Indicadores do Corpo Funcional				
Alimentação	72	7,53%	0,34%	61	5,88%	0,17%	Empregados no final do período				
Encargos sociais compulsórios	327	34,07%	1,54%	265	25,55%	0,74%	Escolaridade dos empregados				
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	Superior e extensão universitária				
Saúde	81	8,42%	0,38%	62	5,98%	0,17%	2º grau				
Capacitação e desenvolvimento profissional	4	0,43%	0,02%	2	0,19%	0,01%	1º grau				
Outros	37	3,88%	0,18%	103	9,93%	0,29%	Faixa etária dos empregados				
Vale Transporte	1	0,13%	0,01%	0	0,00%	0,00%	Abaixo de 30 anos				
Total - Indicadores Sociais Internos	522	54,47%	2,46%	493	47,54%	1,38%	De 30 até 45 anos (exclusivo)				
							Acima de 45 anos				
							Admissões durante o período				
							Mulheres que trabalham na empresa				
							% de cargos gerenciais ocupados por mulheres				
							em relação ao nº total de mulheres				
							% de cargos gerenciais ocupados por mulheres				
							em relação ao nº total de gerentes				
							Negros que trabalham na empresa				
							% de cargos gerenciais ocupados por negros em				
							relação ao nº total de negros				
							Portadores de deficiência física				
							Dependentes				

3) Indicadores Social Externos	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores Sociais Externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total de contribuições para sociedade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Tributos-excluídos encargos sociais	0%	0%	0%	0%	0%	0%

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	12	4
Número total de acidentes de trabalho	-	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	(x) pela direção	() direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(x) pela direção	() direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados é definida	(x) pela direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	(x) são sugeridos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.009	5.781	60.789	Fornecedores		332	897	6.681
Concessionárias e permissionárias	5	2.621	2.575	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	8.714	159.668
Estoques		186	-	-	Contas a pagar - partes relacionadas	12	2.047	-	-
Impostos a recuperar	6	3.783	2.530	135	Empréstimos - partes relacionadas	12	8.744	-	-
Contas a receber - ativo financeiro	7	24.595	24.356	16.395	Impostos e contribuições sociais		113	255	337
Outros créditos		856	1.090	2.443	Taxas regulamentares	10	1.096	582	-
		47.050	36.332	79.762	Outros passivos circulantes		394	733	317
Ativo não circulante							12.726	11.181	167.003
Títulos e valores mobiliários		-	5.900	-	Passivo não circulante				
Outros créditos		130	202	3.367	Empréstimos e financiamentos	9	-	106.645	-
Contas a receber - ativo financeiro	7	232.773	233.101	219.622	Empréstimos - partes relacionadas	12	100.597	-	-
Impostos a recuperar	6	15.011	17.171	-	Outras provisões - medidas compensatórias	11	1.238	1.238	-
Intangível		11.051	9.802	-	Provisão para contingências	14	49	-	-
		258.965	266.176	222.989	Impostos diferidos		8.324	3.945	-
Total do ativo		306.015	302.508	302.751	Outros passivos não circulantes		33	33	2.106
							110.241	111.861	2.106
					Patrimônio líquido	13			
					Capital social		170.886	170.886	132.600
					Reserva de lucros		19.056	-	-
					Reserva legal		389	-	-
					Ajuste da avaliação patrimonial		(7.283)	(2.903)	1.042
					Lucros acumulados		-	11.483	-
							183.048	179.466	133.642
					Total do passivo e do patrimônio líquido		306.015	302.508	302.751

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Capital social a integralizar	Capital Legal	Dividendos retidos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total resultado abrangente	Total
	Capital	Capital	Dividendos	Ajuste de							
Saldo em 31 de dezembro de 2008	150.000	(17.400)	-	-	-	-	-	-	-	-	132.600
Ajuste de prática contábil	-	-	-	1.042	-	-	-	1.042	1.042	1.042	1.042
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	150.000	(17.400)	-	1.042	-	-	-	1.042	1.042	1.042	133.642
Aumento e Integralização de capital	20.886	17.400	-	-	-	-	-	-	-	-	38.286
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.483	11.483	11.483	11.483
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(3.945)	-	-	-	(3.945)	(3.945)	(3.945)	(3.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	170.886	-	-	(2.903)	11.483	-	-	8.580	179.466	179.466	179.466
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.962	-	-	7.962	7.962	7.962	7.962
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(4.380)	-	-	-	(4.380)	(4.380)	(4.380)	(4.380)
Constituição de reserva legal	-	389	-	-	(389)	(389)	-	(389)	(389)	(389)	(389)
Dividendos retidos	-	-	19.056	-	(19.056)	(19.056)	-	(19.056)	(19.056)	(19.056)	(19.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	170.886	389	19.056	(7.283)	-	-	-	(7.283)	183.048	183.048	183.048

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	2010	2009
Receita operacional líquida	21.195	35.631
Custo da operação	(43)	(17.091)
Pessoal	(1.275)	(826)
Material	(63)	(44)
Serviços de terceiros	(804)	(1.531)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(121)	(82)
Arrendamentos e alugueis	(44)	(40)
Custo de construção e outras	2.264	(14.568)
Lucro operacional bruto	21.152	18.540
Despesas operacionais	(1.596)	(1)
Pessoal e administradores	(206)	-
Outras	(1.390)	(1)
Lucro antes do resultado financeiro	19.556	18.539
Resultado financeiro	(11.595)	(7.144)
Receita financeira	1.196	1.498
Receitas de aplicações financeiras	1.140	1.349
Outras receitas financeiras	57	149
Despesa financeira	(12.792)	(8.642)
Juros	(8.953)	(8.510)
Outras despesas financeiras	(3.839)	(132)
Lucro antes dos impostos	7.962	11.395
Imposto de renda e contribuição social	-	88
Lucro líquido do exercício	7.962	11.483
Lucro líquido por ação - R\$	0,05	0,07

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO	26.721	23.308
CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	(2.454)	14.528
	24.267	37.836
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços	(939)	(771)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras	(2.143)	(1.575)
Outros	2.192	(14.568)
VALOR ADICIONADO BRUTO	23.376	20.922
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2)	(1)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	23.375	20.921
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.196	1.499
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	24.571	22.420
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações diretas	1.253	673
Benefícios	156	99
FGTS	72	54
Impostos, taxas e contribuições		
Federais, estaduais e municipais	3.037	1.428
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e demais despesas	12.792	8.682
Alugueis	83	
	12.875	8.682
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	-	-
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	3.410	5.454
Lucros retidos	3.769	6.028
	7.178	11.483
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.571	22.420

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.533.006/0001-36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia"), companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

(i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km; e pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimbondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km.

(ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimbondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$18.500 milhões (valor histórico), excluído o montante necessário para cobrir as despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 24 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 20.147, a partir de período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 22.301 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente as Companhias Isolux Corsan S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

► Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

► Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

► Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

► Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

► Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

► Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base de dados das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.533.006/0001-36

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.15. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1 de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	63.637	16.395	79.762
Caixa e equivalentes de caixa	60.789	-	60.789
Impostos a recuperar	135	-	135
Contas a receber - ativo financeiro	-	16.395	16.395
Outros créditos	2.443	-	2.443
Ativo não circulante	238.342	(15.353)	222.989
Outros créditos	3.367	-	3.367
Contas a receber - ativo financeiro	-	219.622	219.622
Imobilizado gerador de RAP	234.975	(234.975)	-
Total do ativo	301.709	1.042	302.751
Passivo			
Passivo circulante	167.003	-	167.003
Fornecedores	6.681	-	6.681
Empréstimos e financiamentos	159.668	-	159.668
Impostos e contribuições sociais	337	-	337
Outros passivos circulantes	317	-	317
Passivo não circulante	2.106	-	2.106
Outros passivos não circulantes	2.106	-	2.106
Patrimônio líquido	132.600	1.042	133.642
Capital social	132.600	-	132.600
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.042	1.042
Total do passivo e do patrimônio líquido	301.709	1.042	302.751

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	11.976	24.356	36.332
Caixa e equivalentes de caixa	5.781	-	5.781
Concessionárias e permissionárias	2.575	-	2.575
Impostos a recuperar	2.530	-	2.530
Contas a receber - ativo financeiro	-	24.356	24.356
Outros créditos	1.090	-	1.090
Ativo não circulante	277.835	(11.659)	266.176
Títulos e valores mobiliários	5.900	-	5.900
Outros	202	-	202
Contas a receber - ativo financeiro	-	(233.101)	233.101
Impostos a recuperar	17.171	-	17.171
Imobilizado gerador de RAP	244.760	(244.760)	-
Intangível	9.802	-	9.802
Total do ativo	289.811	12.697	302.508
Passivo			
Passivo circulante	11.181	-	11.181
Fornecedores	897	-	897
Empréstimos e financiamentos	8.714	-	8.714
Impostos e contribuições sociais	255	-	255
Taxas regulamentares	582	-	582
Outros passivos circulantes	733	-	733
Passivo não circulante	107.916	3.945	111.861
Empréstimos e financiamentos	106.645	-	106.645
Outras provisões - medidas compensatórias	1.238	-	1.238
Impostos diferidos	-	3.945	3.945
Outros passivos não circulantes	33	-	33
Patrimônio líquido	170.714	8.752	179.466
Capital social	170.886	-	170.886
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.903)	(2.903)
Lucros (prejuízos) acumulados	(172)	11.655	11.483
Total do passivo e do patrimônio líquido	289.811	12.697	302.508

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	(172)
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	4.742
(-) Custo de construção	(14.528)
(+) Variação na receita operacional bruta	21.441
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	11.483

3.3. Novos IFRS e interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

► **IAS 24 exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRS 9 Instrumentos financeiros - classificação e mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRIC 14 pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRIC 19 extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade negocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

► **Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)
Caixa	7	2	15
Bancos	396	1.599	14.530
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.606	4.180	46.244
	15.009	5.781	60.789

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)
A vencer	2.600	2.120	-
Vencidas até 30 dias	9	361	-
Vencidas até 60 dias	7	2	-
Vencidas até 90 dias	5	92	-
Vencidas há mais de 90 dias	100	-	-
	2.721	2.575	-
PProvisão para devedores duvidosos (PDD)	(100)	-	-
	2.621	2.575	-

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	100
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	100

6. Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	372	361	-
COFINS a compensar - ativo imobilizado	1.711	1.664	-
Outros	1.700	505	135
	3.783	2.530	135
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	2.677	3.064	-
COFINS a compensar - ativo imobilizado	12.334	14.107	-
	15.011	17.171	-

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	2.083
2013	2.083
2014	2.083
2015 em diante	8.762
	15.011

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 257.368 (sendo R\$ 24.595 no ativo circulante e R\$ 232.773 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 257.457 e R\$ 236.017, respectivamente.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi adotado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)
BNDES - Direto - moeda nacional	-	114.955	-
Banco Votorantim (capital de giro)	-	-	46.613
Banco Votorantim (Compror)	-	-	113.055
Juros a pagar	-	404	-
Total de empréstimos e financiamentos	-	115.359	159.668
Passivo circulante	-	8.714	159.668
Passivo não circulante	-	106.645	-

As características do empréstimo são como se segue:

BNDES - TJLP - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.533.006/0001-36

Juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022. Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	769	410	-
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	152	82	-
P&D	175	90	-
	1.096	582	-

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo da provisão ambiental é de R\$1.238. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

12. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010		2009 (reapresentado)	
		Ativo	Passivo Resultado	Ativo	Passivo Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	2.047	2.047	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	109.341	482	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 110.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$ 8.744 no passivo circulante e R\$ 100.597 no passivo não circulante.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 28 de janeiro de 2009, os acionistas Elecnor Transmissão de Energia S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. integralizaram o valor de R\$ 3.300, cada, de suas respectivas participações da Companhia.

Em 29 de julho de 2009, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. integralizaram o valor de R\$ 6.762, cada, de suas respectivas participações da Companhia.

Em 16 de outubro de 2009, os acionistas Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A. integralizaram o valor de R\$ 500, cada, de suas respectivas participações da Companhia.

Em 28 e 29 de dezembro de 2009, os acionistas Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A. integralizaram o valor de R\$ 2.200, cada, de suas participações da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, República Popular da China.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 170.886, dividido em 170.886.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A.	170.885.994	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	56.961.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	56.961.998
Isolux Energia e Participações S.A.	-	56.961.998
Membros do Conselho de Administração	6	6
	170.886.000	170.886.000

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010
Lucro líquido do exercício	7.962
(-) Compensação de prejuízos de exercícios anteriores	(172)
Lucro líquido ajustado base para reserva legal	7.790
Reserva legal (5%)	(389)
Base de cálculo para os dividendos	7.401

O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 7.401, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2011.

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Tributária	49	-	-
	49	-	-

Adicionalmente, a Companhia possui processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi registrado provisão para contingências. Tais processos estão sumarizados a seguir.

► Processos de natureza trabalhista junto a Justiça do Trabalho do Estado de São Paulo no valor aproximado de R\$ 103; e

► Processos de natureza cível, referentes às obras de construção das linhas de transmissão no valor aproximado de R\$ 2.801.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável e, desta forma, não possuía provisão para contingências registrada.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2010		2009 (reapresentado)		01/01/2009 (reapresentado)	
	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.009	15.009	-	5.781	5.781
Concessionárias e permissionárias	2.621	-	2.621	2.575	-	2.575
Contas a receber						
- ativo financeiro	257.368	-	257.368	257.457	-	257.457
	259.989	15.009	274.998	260.032	5.781	265.813

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009	2008
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	332	897	6.681
Empréstimos e financiamentos	-	115.359	159.668
Contas a pagar - partes relacionadas	2.047	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	109.341	-	-
Impostos e obrigações fiscais	113	255	337
	111.833	116.511	166.686

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009
	Imposto de renda	Imposto de renda
		(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	7.962	11.395
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - adesão ao RTT	(8.442)	(11.656)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	480	(261)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	-	88
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	10.145	-
Exclusões não dedutíveis	(9.341)	-
Lucro real no exercício	324	(261)

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
		(Reapresentado)
Receita operacional bruta	24.267	37.836
Receita de operação e manutenção	4.091	2.563
Receita financeira de construção e outras	20.176	35.273
Deduções da receita operacional	(3.072)	(2.205)
PIS	(402)	(271)
COFINS	(1.851)	(1.246)
Quota para RGR	(606)	(549)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(213)	(139)
Receita operacional líquida	21.195	35.631

19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente
Ou Xiaoming - Diretor Administrativo
Shi Xianyuan - Diretor Financeiro
Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

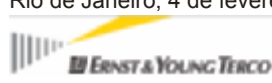
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de fevereiro de 2010, que não contém qualquer modificação.

Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 3. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar os ajustes descritos na nota explicativa 3 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2009 e sobre o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Claudio Camargo
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ